ISSN: 2358-8829

DEFICIÊNCIA E INCLUSÃO: ESTRATÉGIAS COLABORATIVAS PARA GARANTIA DE DIREITOS

Leilany Marry Brizolara Silva [1]
Marcia Torres Neri Soares [2]

INTRODUÇÃO

Este texto decorre de reflexões advindas de uma pesquisa de mestrado e tem por objetivo discutir estratégias coletivas para o reconhecimento e fortalecimento dos direitos de pessoas com deficiência, tomadas sob a abordagem de sua produção social. A pesquisa relatada adotou por metodologia a pesquisa-ação colaborativa e, para fins de organização deste texto, pauta-se na ampliação dos resultados emergentes à luz de um levantamento teórico.

O estudo obteve aprovação do Comitê de Ética de Pesquisa sob o número 74713723.7.0000.005 e, com base na inserção e contribuições de seus colaboradores pertencentes a uma instituição especializada para pessoas com deficiência e necessidades específicas, apostou no cunho colaborativo como meio para integralização dos procedimentos metodológicos, em especial na consecução de um Grupo de Trabalho (GT) e de seus rebatimentos para/na pesquisa realizada.

Do ponto de vista teórico, reconhece as condições históricas para invisiblidade de pessoas com deficiência, afinal são irrefutáveis as marcas da discriminação e exclusão (Carvalho-Freitas et al. 2023; Guimarães, Borges e Van-Petten, 2023). Assim, considera-se a inserção da temática da produção social da deficiência como importante para as discussões pretendidas no presente estudo (Cunha, 2021).

A deficiência é produzida com base nas condições enfrentadas socialmente. Em um país de características continentais como o caso brasileiro e, ainda, acrescendo suas condições econômicas de categorização de uma país subdesenvolvido, é possível imaginar os desafios

[1] Mestra em Intervenção Educativa e Social pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), leilanymbrizolara@gmail.com. Professora do Centro de atendimento pedagógicoa pessoas com necessidades educacionais especiais- (Capene) do município de Serrinha.
[2] Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professora Titular do Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) *Campus* XI, Serrinha - BA.Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) da UNEB, mtsoares@uneb.br.

ISSN: 2358-8829

diários enfrentados seja pela falta de acessibilidade física ou mesmo, e principalmente, atitudinal, nas relações impostas cotidianamente às pessoas com deficiência.

A essa altura, faz-se importante demarcar a terminologia de "estudantes com deficiência" como representativa para o público da educação especial. Desse modo, duas observações se alternam nesta explicação: I. no Brasil, a educação especial ser definida como uma modalidade de ensino de caráter transversal aos dois níveis de ensino, educação básica e superior (Brasil, 1996); II. esta modalidade estar compreendida em uma perspetiva inclusiva, ou seja, a escolarização dos estudantes público da educação especial: estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades/superdotação deve acontecer nas classes comuns de ensino regular (Brasil, 2008). A despeito de outros estudantes - com TEA e altas habilidades - figurarem como público da educação especial, a exemplo do já realizado em outros estudos, prevalece a denominação deficiência como suficiente para representar os demais estudantes.

A fim de obter dados teóricos acerca do objeto de estudo, realizou-se uma busca de trabalhos concernentes à construção de redes colaborativas para a defesa de direitos de pessoas com deficiência. Utilizou-se a Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE) por seu referencial de fonte de indexação *Scopus*, no período de 2023 à 2025, conforme explicita-se na seção metodológica.

Para fins de organização, além desta seção introdutória, o texto apresenta a Metodologia do estudo, seção na qual partimos do levantamento teórico e alargamos com base nos procedimentos metodológicos da dissertação. Em seguida, na seção dos Resultados discutimos como estratégias coletivas cooperam para a luta em prol dos direitos das pessoas com deficiência, porque inconteste possibilita repensar sua invisibilidade. Finalmente apresentamos as Conclusões do estudo, na expectativa de apresentar possibilidades de outras investigações.

.

METODOLOGIA

A metodologia para elaboração deste estudo pautou-se em um levantamento teórico sobre trabalhos alusivos aos direitos de pessoas com deficiência. Para tanto, adotou a RBEE como fonte de dados. Organizada, desde 2021, em edição única, a RBEE compromete-se com a publicação de artigos originais nas categorias: relato de pesquisa, ensaio, revisão de literatura e resenha. Optou-se por restringir a busca nos relatos de pesquisa. A opção explica-se pelo interesse em pesquisas alicerçadas em metodologias de cunho colaborativo e/ou resultados com

indicativos de avanços na superação de barreiras para a inclusão. Sua abordagem, portanto, objetivou identificar estudos cujo alcance e relevância pautaram-se no reconhecimento de estratégias coletivas de enfrentamento aos processos excludentes de pessoas com deficiência. O objetivo delineou-se a partir da realização de uma pesquisa de mestrado e sua centralidade na elaboração de um documento orientador para criação de um fórum de discussão e garantia dos direitos de pessoas com deficiência e, especificamente, do cunho colaborativo – aqui também discutido sob os auspícios de uma estratégia coletiva – como oportunidade para enfrentar a obliteração de direitos.

A delimitação do recorte temporal de 2023 a 2025 justifica-se pela demarcação de um novo período político brasileiro, tendo em vista a posse do presidente eleito Luíz Inácio Lula da Silva, em 2023. Embora compreendamos a longitude de ações desenvolvidas em sua proposta de governo, não factíveis de acompanhamento no marco temporal de sua assunção, entendemos ser este um importante período, afinal este início é marcado pelo decreto nº 11.370, de 1º de janeiro de 2023 de revogação da Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida (Brasil, 2023) e de seus desdobramentos, dentre os quais podemos citar o funcionamento de classes e escolas especiais. Acerca deste cenário político também não o tomamos como suficiente para contraposição e/ou mitigação dos investimentos neoliberais na agenda da educação especial e/ou inclusiva, afinal seu conteúdo é emblemático (Garcia, 2025) e não passível de aprofundamento neste texto, dada a natureza já apresentada.

Acerca da natureza metodológica, para Sousa, Oliveira e Alves (2021, p. 66) “A pesquisa bibliográfica é o levantamento ou revisão de obras publicadas sobre a teoria que irá direcionar o trabalho científico o que necessita uma dedicação, estudo e análise pelo pesquisador que irá executar o trabalho científico e tem como objetivo reunir e analisar textos publicados, para apoiar o trabalho científico.” Desse modo, a análise dos textos publicados na RBEE contemplou alguns critérios doravante compartilhados.

Os trabalhos, inicialmente, foram analisados a partir da leitura dos títulos, resumo e palavras-chave. Deste primeiro contato decorreu a necessidade de ler o conteúdo na íntegra, pois sua síntese assinalava - direta ou subliminarmente - a demarcação de garantia ou negação de direitos de pessoas com deficiência. Assim, não foram utilizados descritores para não desconsiderar a leitura de quaisquer textos, pois embora aparentemente sem relação com o objeto de análise, poderia apresentar discussões sobre condições e/ou barreiras enfrentadas por estudantes com deficiência, aspecto associado ao tema central do estudo.

ISSN: 2358-8829

Ao todo foram localizados 77 textos categorizados como relatos de pesquisa. Em 2023, no volume 29, dos 47 trabalhos, 27 artigos estão na categoria relatos de pesquisa. Nos volumes 30 de 2024 e 31 de 2025, dos 48 e 40 arquivos, respectivamente, identificam-se 50 textos, 25 a cada ano.

Após a identificação dos artigos e leitura dos dados iniciais, 35 textos, número significativo, foram considerados aptos para nossa análise. 21 textos foram classificados como indiretamente relacionados aos direitos das pessoas com deficiência sob três perspectivas de análise: a) barreiras e/ou impedimentos para a garantia dos direitos; b) avanços e/ou perspectivas para a garantia dos direitos; c) estratégia coletiva para/no enfrentamento à usurpação destes direitos. Diretamente relacionados foram considerados 14 textos expressamente voltados para a legitimidade dos direitos das pessoas com deficiência, do ponto de vista teórico e metodológico como discutem estudos.

As perspectivas de análise, sobretudo de um campo teórico importante para refutar práticas históricas de exclusão e enfraquecimento de grupos minorizados como o caso das pessoas com deficiência, advém da pesquisa realizada em um programa de pós-graduação stricto sensu sob um percurso metodológico, de natureza qualitativa, de pesquisa-ação colaborativa (Thiollent, 2009).

A realização da pesquisa, sobretudo a operacionalização da intervenção entre os anos de 2023 e 2024, permitiu reconhecer a relevância em mobilizar a constituição de grupos para reflexão e diálogos sobre a consolidação dos direitos de pessoas com deficiência. A criação de um GT como estratégia metodológica possibilitou a elaboração de um documento orientador constituído por diferentes representações de segmentos sociais envolvidos com a inclusão e oportunizou a aposta na coletividade como via para/na consecução de seus direitos.

O uso do GT desafiou-nos a escrever sobre o procedimento metodológico, dada a escassez de subsídios teóricos, como comprova publicação de estudo (Silva e Soares 2024), bem como oportunizou ressignificar outros movimentos metodológicos, a exemplo do realizado na construção do presente texto. Desse modo, a feitura desta metodologia tem seu nascedouro nos dados da pesquisa supracitada e instiga-nos a investigar outras produções sob duas importantes vertentes, a primeira da própria ampliação dos estudos acerca da consecução dos direitos de pessoas com deficiência no Brasil; a segunda pela visibilidade da temática e, quiçá, mobilização de pessoas interessadas na área para o desenvolvimento de outras pesquisas aplicadas com o fulcro na colaboratividade e possibilidade concreta de enfrentamento às manobras de silenciamento do grupo minorizado. No seguimento conversamos com os principais resultados do estudo..

ISSN: 2358-8829

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção apresentamos os principais resultados do estudo. Segundo a pesquisa de inspiração desta produção, o desgaste provocado pela recorrência de estratégias de silenciamento dos direitos das pessoas com deficiência, cotidianamente marcado pela falta de acessibilidade para sua participação e/ou condição de existência, subtrai parte da força na luta em favor dos direitos desse grupo. Este dado, ampliado na pesquisa de intervenção por meio da constituição de um GT, conduziu-nos a compreender a importância de estratégias coletivas ou da colaboratividade como ferramenta importante para a consolidação de direitos historicamente usurpados.

A evidência deste resultado, somando-se aos dados provenientes do levantamento realizado, encaminhou-nos a categorizá-los em três perspectivas de análise, constituídas por não estarem diretamente ligados ao tema de interesse deste texto, mas de algum modo contemplarem aspectos relacionados à discussão. Estes resultados são apresentados no seguimento.

I – Trabalhos sobre barreiras e/ou impedimentos para a garantia dos direitos

Almutairi (2023), ao discorrer sobre relações entre atitudes dos, como denomina, membros do corpo docente da Educação Superior de universidades sauditas e fatores demográficos, indica uma lacuna sobre como apoiar os estudantes e a necessidade de centros acessíveis para pessoas com deficiência para auxiliar os docentes e estudantes. Já Brito, Miranda e Barreto (2023) analisaram, na concepção de familiares de pessoas com Síndrome de Down (SD), condições para autonomia de seus filhos e concluíram sobre a prevalência de atitudes pautadas em medo. Como resultado, os autores sugerem a formação de profissionais, famílias e dos próprios jovens com SD para conquista de sua autonomia.

Oliveira e Ferrão (2023) analisaram a formação em educação especial do Brasil,escolhendo como foco um curso de educação superior da região norte. Segundo o estudo, com base na análise dos objetivos, currículo e ementário, a proposta curricular é reduzida a um número mínimo de disciplinas com temas sobre a Educação Especial.

No ano seguinte, Casa Grande, *et al* (2024) analisaram apoios catalães oferecidos para jovens com Deficiência Intelectual (DI) e/ou Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto brasileiro. Para tanto, discutiram a oferta de programas públicos centrados nas pessoas com deficiência, especialmente ao término da escolarização. Com base no estudo, foi possível ratificar a necessidade de apoio para o público aludido, como também a formação continuada

para professores e a relevância de apoio interdisciplinar dentro do contexto escolar, como lacuna a ser enfrentada no âmbito das políticas públicas.

Santos, *et al* (2024) discorreram sobre a trajetória de uma acadêmica com TEA no curso de Medicina e indicaram a imprescindibilidade de contemplar suas necessidades específicas, assim como a formação do corpo docente para inclusão no meio acadêmico e mercado de trabalho.

Oliveira e Mello (2024) discutiram a recontextualização do discurso político de inclusão no contexto educacional, a partir do Decreto nº 10.502/2020 e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ao analisarem os dados, as autoras realçaram o apagamento da palavra "inclusão" e a falta de previsão quanto à oferta das acessibilidades, aspectos passíveis de ampliação, sobretudo ao discutirmos condições para inclusão e garantia dos direitos de pessoas com deficiência.

Por seu turno, Darub e Kohls-Santos (2025) analisaram a narrativa de uma estudante cega em sua trajetória escolar na educação básica. Ao discutirem condições de acesso e permanência, as autoras seguindo os resultados evidenciados, indicaram a permanência de múltiplas barreiras no alcance do sucesso acadêmico e a exigência de estratégias familiares e individuais para resistir e permanecer no espaço escolar. Oliveira (2025) analisou a subnotificação de registros de estudantes com Altas Habildiades/Superdotação (AH/SD) no Censo Escolar na Sinopse Estatística da Educação Básica e em números estimados por diversos especialistas. O autor, a partir da análise dos dados, conclui sobre a identificação de um percentual muito baixo de estudantes com AH/SD no Brasil, resultando em um nível alto de subnotificação nos registros de matrículas. Por seu turno, os autores

No mesmo ano, Ferreira, Vieira e Wuo (2025) analisaram o perfil de profissionais de apoio no Brasil, por meio de editais, e concluiram acerca de uma ausência de padronização nas descrições. Para eles, isto dificulta a criação de um perfil unificado, bem como a sistematização da profissão em território nacional, fragilizando suas condições de trabalho e a implementação de uma política inclusiva.

II – Avanços e/ou perspectivas para a garantia dos direitos

Ribeiro e Lara (2023) discutem condições de superação de barreiras impostas às pessoas com deficiência e apresentam a linguagem corporal e gestual como estratégia de comunicação de estudantes com paralisia cerebral, ao tempo em que propõem o acesso a materiais manipulativos ou de tecnologia informatizada como modo de acessibilidade e participação.

ISSN: 2358-8829

Pereira e Freitas-Reis (2023) fortalecem a importância da prática de um intérprete educacional, como colaborador no processo de inclusão para/no diálogo com a instituição, estudante e comunidade surda. Na mesma direção, Montes e Lacerda (2023) contribuem avaliando a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e o trabalho pedagógico de professores de atuação na educação bilíngue.

Makida-Dionísio, Martinic e Gimenez (2024) comparam a prática pedagógica da Educação Infantil com a do Ensino Fundamental e indicam, como resultados, aspectos positivos para a inclusão de estudantes com deficiência como: altos índices de interação social, variabilidade na utilização de espaços e maior tempo em atividades corporais. Em contrapartida, no Ensino Fundamental, prevalece a supremacia de conteúdos e pouco grau de autonomia

Outrossim, Silva, Mietto e Chariglione (2024) identificaram como pessoas com deficiência intelectual compreendem o ambiente de trabalho. Como conclusão, as autoras apresentaram a delimitação de estudos sobre a inclusão no mercado de trabalho como importante para o desenvolvimento humano e implementação ou planejamento de políticas públicas de inclusão.

Reis e Lourenço (2025) propuseram um programa de instruções formativas a professores do ensino regular envolvidos com estudante não verbal com TEA, sobre o uso da Comunicação Alternativa, assinalaram mudanças positivas nos professores como interlocutores e diminuição dos distúrbios de conduta pelo aluno. Nesse mesmo ano, Alves, Hostins e Oliveira (2025) discutiram o processo coletivo e colaborativo de criação de uma tecnologia digital – aplicativo Becca – como recurso de suporte à inclusão psicossocial e acadêmica dos estudantes com TEA no Ensino Superior. As autoras desenvolveram o aplicativo e, segundo resultados, sua utilização é um potencial para a melhoria da comunicação e da interação entre os sujeitos envolvidos.

Beche e Mendes (2025) relatam um projeto de pesquisa com base teórica nos Estudos da Deficiência do PesquisarCOM. Segundo as autoras, embora reconhecendo a manutenção de características hegemônicas no ambiente acadêmico, a presença de pessoas com deficiência é reconhecida pelas participantes da pesquisa como política e comprometida com a luta anticapacitista, portanto, reconhecida neste texto como um avanço no enfrentamento à exclusão.

III – Estratégia coletiva para/no enfrentamento à usurpação destes direitos

Soares *et al* (2023) discutem a participação parental na divulgação científica sobre Transtorno do Espectro Autista (TEA), investigaram modos de participação de famílias de pessoas com TEA e concluíram sobre como a divulgação científica sobre o TEA pode constituir-se como uma importante ferramenta para a comunicação entre sujeitos e coletivos envolvidos com o tema. Com base no estudo, percebe-se o quanto a produção de informações e, especialmente, a formação de redes entre familiares e especialistas podem contribuir com a inclusão de estudantes com deficiência.

Oliveira e Ferrão (2023), ao analisarem o acompanhamento e orientação de estudantes surdos em estágio curricular de um curso de um instituto federal, apresentaram a construção de um produto educacional, um Manual Orientador de Estágio. As autoras realçam a importância de um núcleo de atendimento às pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NEE) e destacaram o papel do intérprete de Libras. Sob o ponto de vista do presente estudo, os resultados desse trabalho indicam a importância de ações colaborativas como caminho para/na inclusão de estudantes com deficiência.

Hirakawa e Rossit (2024) analisaram a organização do trabalho de uma instituição de atendimento às pessoas com TEA, sob a perspectiva da prática colaborativa e comprovaram sobre a importância do atendimento compartilhado das aprendizagens de uns com os outros na equipe. O estudo assinala a importância de espaços formativos na perspectiva do trabalho em grupo, como também da prática colaborativa na aproximação entre educação e saúde.

Dantas, Farias e Bezerra (2024) objetivaram identificar contribuições de um curso de especialização lato sensu na vertente da atuação docente junto aos estudantes público da Educação Especial. Dentre os resultados, as autoras salientaram a adoção de metodologias colaborativas como positiva para a identidade do professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Sob suas perspectivas, a pesquisa pode fortalecer o debate sobre a formação docente na perspectiva inclusiva e até ressignificar concepções sobre a deficiência para construção de ambientes anticapacitistas.

Após ter identificado os trabalhos dispostos, reservamo-nos a análise dos estudos diretamente relacionados ao objeto de estudo. Nesse sentido, Tibyriçá e Mendes (2023) analisaram, na esfera judicial, o conteúdo de decisões para solicitações de professores e profissionais de apoio. Desse modo, as autoras objetivaram verificar sua adequação ao modelo social de deficiência. Os resultados indicaram a utilização, pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ/SP), de laudos médicos e diagnósticos e a dificuldade de aprendizagem para respaldar a disponibilização do profissional. Para as autoras a evidência pode ser explicada tanto pela ausência de instrumentos para avaliação biopsicossocial no Brasil, quanto pelo o que

ISSN: 2358-8829

denominam de “capacitismo estrutural” de prevalência da concepção clínica e/ou patologizante do ser.

Modesto, Araújo e Mendonça (2023) investigam a perspectiva dos desafios e possibilidades entremeadas na implementação da Educação Especial e Inclusiva e indicam a permanência de alguns obstáculos na rede estadual investigada, como exemplificam equívocos conceituais sobre educação especial e inclusiva, limitações na concepção de políticas públicas, déficits na formação continuada, desmobilização da prática pedagógica, desvalorização docente. Para as autoras, os discursos identificados nas vozes dos sujeitos da pesquisa estão travestidos de aspectos sociais ainda não contemplados no tocante a pretendida igualdade educacional.

Castro e Prieto (2023) analisam o repasse de recursos financeiros públicos da educação para a esfera privada. Para tanto definem um município paulista de grande porte e delimitam o período entre 2012 e 2017. Segundo resultados, evidencia-se o acirramento da relação público-privada, histórica na Educação Especial brasileira. Aventando características históricas de delegação de responsabilidade às instituições comunitárias, confessionais e filantrópicas sem fins lucrativos, no tocante à escolarização de “estudantes elegíveis ao atendimento pela Educação Especial”, as autoras indicam como a mudança de paradigma nessa modalidade de ensino implica no repasse de recursos públicos ao setor privado. Sob suas análises, dentre outros aspectos, o aumento decorre principalmente da necessidade de contratação de cuidadoras(es), que até aquele momento não tinha provimento de cargo na rede de ensino investigada.

Rodrigues e Sales (2024) objetivaram analisar avanços da inclusão do público da Educação Especial nas salas de aula comuns da educação básica, considerando as necessidades formativas dos docentes nessa área específica. Com base nos resultados, os autores concluem sobre a necessidade de embates em favor da inclusão e batalha para garantia dos princípios de igualdade e equidade no campo real e ideal.

Moraes, Klein e Coelho (2024) ao analisarem estudos realizados no Brasil e em Portugal na perspectiva de inclusão de pessoas surdas e de defesa de uma escola bilíngue, indicam como a defesa desses espaços precisa estar atrelada à busca de um lugar de significado para abertura do mundo e possibilidade de construção de experiências em espaços de encontro com a diferença. Também neste estudo, a consecução dos direitos permanece como ideal a ser alcançado.

Rosa e Borges (2024) ao discutirem contradições da educação inclusiva confrontadas pela presença de crianças diagnosticadas com TEA em salas de aula comuns indicam um cenário de uma inclusão fictícia, de onde se antecipa entre os estudantes, no campo de batalha,

os vencedores. Frente aos resultados, as autoras questionam a finalidade das políticas de educação inclusiva e sua conciliação, haja vista o projeto social fundamentado na modernidade capitalista e neoliberal.

Pletsch e Mendes (2024) apresentam um retrato sobre as políticas de Educação Inclusiva na Educação Especial e, ao analisar a produção científica, políticas educacionais e a realidade educacional atual, alertam sobre a permanência de desafios na garantia da educação inclusiva como: percalços no oferecimento dos apoios educacionais, fragilidades de políticas/programas intersetoriais, iniquidade educacional e problemas teóricos e práticos da concepção de Educação Inclusiva na Educação Especial. Os fatores, sobremodo, assinalam um caminho árduo na/para garantia dos direitos de pessoas com deficiência no contexto escolar.

Moreira, *et al* (2025) realizaram uma investigação da dimensão educativa da participação social em movimentos de autodeterminação de pessoas com deficiência intelectual. Os autores destacaram a dimensão coletiva dos aprendizados e enfatizaram a relevância de entender a participação política em movimentos sociais como importante para adquirir uma consciência coletiva sobre o direito à decisão. Para eles esta é uma alternativa contra-hegemônica e anticapacitista.

Souza *et al* (2025) O objetivo deste estudo foi, portanto, analisar os canais voltados para a Educação Infantil na plataforma YouTube sob a perspectiva da acessibilidade comunicacional. Os resultados apontaram que poucos vídeos atendem aos padrões de acessibilidade e destacaram a necessidade de que os produtores de conteúdo da plataforma elaborem vídeos acessíveis para garantir os direitos dessas pessoas.

Manzini (2025) discorre sobre políticas públicas, apresentando-na sob o que denomina de dois ingredientes: 1) leis para garantir direitos e 2) financiamento para consolidar esses direitos. Desse modo, analisa o financiamento concedido por meio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e o aporte financeiro disponibilizado pelo governo federal na aquisição de recursos e equipamentos de Tecnologia Assistiva (TA) destinados ao seu público-alvo. Com base nos resultados, o autor informa não ter havido um financiamento linear ano a ano para o desenvolvimento de TA. Não houve, quanto ao financiamento para aquisição de recursos e equipamentos de Tecnologia Assistiva para pessoas com deficiência, aumento de recursos com o passar dos anos. Outrossim, o estudo endossa não apenas a relevância de estudos sobre a garantia dos direitos de pessoas com deficiência, como a diversidade de temas e/ou objetos de estudo, como por exemplo, a avaliação de uma política pública.

Volante, Pereira e Cabral (2025) contrapõem à legislação brasileira de garantia de acesso e preconização de linguagens e tecnologias acessíveis, ao identificarem produções e

plataformas de indexação com barreiras de usabilidade e navegabilidade. A pesquisa analisou a acessibilidade para pessoas cegas em artigos científicos de um periódico da área da Educação Especial e, apresentou sugestões de acessibilidade e navegabilidade, comprovando a importância da garantia do preceituado nos mecanismos legais brasileiros.

Rodrigues, Guimarães e Pessin (2025) objetivaram investigar o conhecimento de licenciandas(os) em Pedagogia de uma instituição pública sobre práticas inclusivas na concepção do Desenho Universal. Como resultados, os autores identificaram uma compreensão modesta das estudantes acerca do Desenho Universal, todavia realçaram suas reflexões importantes sobre processos de exclusão vividos em sua história pessoal e manifestação de um desejo por uma educação libertadora para todas as pessoas.

Almeida, *et al* (2025) analisaram trajetórias construídas por pessoas com deficiência (PCD) no desenvolvimento de cursos de graduação. A guisa de conclusão as autoras indicam barreiras de acessibilidade indicadas pelas PcD e lacunas na formação docente. Finalmente, Riboli e Pertuzzatti (2025) analisam o reconhecimento e a proteção dos direitos dos estudantes com deficiência, bem como as políticas públicas de Educação Inclusiva. Embora apresente aspectos legais considerados avanços na constituição dos direitos desse público minorizado, os autores, com base no percentual de judicialização de caso de obliteração de direitos, indicam a necessidade de melhorias físicas, tecnológicas, de material didático e de salas de AEE, adaptação de currículos, qualificação docente e conscientização social. Os autores ainda destacam a necessidade de envolvimento colaborativo envolvendo famílias de todos os estudantes, com e sem deficiência, sobre a importância da diversidade para a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhos localizados no presente estudo indicam um campo de direitos das pessoas com deficiência como um ideal a ser conquistado e não como algo concretizado. Isso direciona a justificativa para a relevância da temática abordada. Acresça-se a este aspecto, a compreensão da deficiência como uma produção social, fator a corroborar para o entendimento do conteúdo subliminar subjacente aos desafios cotidianos enfrentados por diferentes sujeitos e experiências decorrentes. Teorizar acerca do tema pode contribuir para a reflexão e/ou superação de práticas excludentes.

O estudo, aqui apresentado, evidencia um interesse significativo acerca do tema, afinal das 77 produções categorizadas como relatos de pesquisa, 35 foram analisadas e 14 estão diretamente relacionadas ao objeto de estudo em questão.

As possibilidades investigativas anunciadas no estudo indicam serem necessárias a continuidade de ações desenvolvidas em instituições de ensino superior, no âmbito da pesquisa, ensino e extensão e a centralidade em discussões e ações formativas para o conhecimento e fortalecimento de estratégias na consecução de direitos de pessoas com deficiência.

O presente estudo, a exemplo dos apresentados no levantamento realizado, também constitui uma importante demarcação política acerca do tema e indica a relevância da elaboração de pesquisas, sobretudo, intervenções para/na mobilização e superação do desânimo provocado pelo desgaste advindo da trajetória histórica de negação de direitos (Silva e Soares, 2024).

Desenvolver pesquisas colaborativas e/ou apostar na coletividade como estratégia para enfrentamento ao descaso quanto aos direitos de pessoas com deficiência, permite ponderar sobre a relevância de conhecer a metodologia, assim como ampliar sua utilização para consolidação de didáticas e avanços no processo de aprendizagem deste público (Setúval, Seabra-Júnior, 2025).

O estudo ratifica, portanto, a importância de ações colaborativas para/no reconhecimento do respeito às diferenças e solidificação de espaços para luta e defesa dos direitos de pessoas com deficiência. O cunho colaborativo proporciona um somatório de forças, bem como a desnaturalização da usurpação de direitos e relativa apatia provocada por situações excludentes. Outrossim, compreender estratégias de enfrentamento às condições de exclusão possibilita (re)pensar pesquisas em andamento e redimensioná-las à luz de outros contextos de investigação e/ou possibilidades teóricas e metodológicas, como anunciam os principais resultados do estudo. Embora desafiador, o princípio colaborativo enriquece os movimentos metodológicos adotados, bem como o prenúncio de outras pesquisas a serem desenvolvidas e alargadas conforme análises e aprofundamentos da investigação realizada.

Palavras-chave: direitos, deficiência, educação especial, inclusão, colaboração, políticas públicas.

REFERÊNCIAS

Almeida, L. P. dos S. R. o de ; Lahr, S. L. N.; Guimarães, J. da F ; Bicalho, M. G. P. (2025). Barreiras e estratégias de acesso nas trajetórias de pessoas com deficiência (PCD) no ensino superior: uma leitura a partir do conceito de territorialidades. Revista Brasileira de Educação Especial, Volume 31 elocation e0132. https://doi.org/10.1590/1980-54702025v31e0132

Almutairi, H. (2023). Atitudes do corpo docente em relação ao ensino de alunos com deficiência intelectual leve no ensino superior. Revista Brasileira de Educação Especial, v.29, e0042, p.1-22, https://doi.org/10.1590/1980-54702023v29e0042

Alves, A. G. ; Hostins, R. C. L. ; Oliveira, N. A. de (2025). Design Participativo de Tecnologia Digital Acessível para Inclusão de Acadêmicos com Autismo no Ensino Superior Revista Brasileira de Educação Especial , Volume 31 elocation e0233 https://doi.org/10.1590/1980-54702025v31e0233

Beche, R. C. E., Mendes, G. M. L. (2025). A Retórica do Capacitismo nas Histórias de Mulheres com Deficiência: a Presença Política Emergente nas Encruzilhadas do Ensino Superior. Revista Brasileira de Educação Especial, Volume 31 elocation e0202 https://doi.org/10.1590/1980-54702025v31e0202

Brasil. (1996). Ministério de Educação e Cultura. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

Brasil. (2008). Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva inclusiva. Brasília, MEC.

Brasil. (2023). Presidência da República.Decreto nº 11.370, de 1º de janeiro de 2023. Revoga o decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11370.htm Acesso em 06 ago. 2026.

Brito, L. Miranda, F. Barreto, R. (2023). Autonomia do jovem com síndrome de down: concepções de mães e filhos. Revista Brasileira de Educação Especial, Volume 29 elocation e0211. https://doi.org/10.1590/1980-54702023v29e0211

Casagrande, V., Benitez, P. Zutião, P., Ribeiro, D., Domeniconi, C., Gràcia, M. (2024). Análise de Apoios Catalães para Jovens Adultos com Deficiência Intelectual e/ou Autismo no Contexto Brasileiro. Revista Brasileira de Educação Especial, Volume 30 elocation e0177 1-20. https://doi.org/10.1590/1980-54702024v30e0177

Castro, V. D. B. de; Prieto, R. G. (2023) Recursos públicos na esfera privada: política de educação especial em um município paulista de grande porte Revista Brasileira de Educação Especial, Volume 29 elocation e0241 https://doi.org/10.1590/1980-54702023v29e0241

Cunha, A. C. C. P. (2021). Deficiência como expressão da questão social. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 141, p. 303-321, maio/ago. 2021, http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.251

Carvalho-Freitas, M. Ni. de; Tette, R. P. G., Rongetta, L. F., Dela-Sávia, J., Santos, A. C. dos, Teixeira, C. P., Silva, O. A. da. (2023). Universidade e coletivos: a organização de pessoas com deficiência na luta pelos seus direitos. Psicologia Política. vol. 23. n.56. pp. 210-226. Recuperado em 30 de setembro de 2025, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2023000100210&lng=pt&tlng=pt

Darub, A. K. G. dos S., Kohls-Santos, P., (2025). História de Vida e Trajetória de Inclusão de um Estudante Cego que Desafiou o Ensino Comum no Estado do Acre. Rev. Bras. Ed. Esp., Dourados, v.31, e0211, p.1-14, https://doi.org/10.1590/1980-54702025v31e0211.

Dantas, T. C, Farias, A. Q. de ; Bezerra, A. V. (2024). Inclusão Escolar e Formação de Professores no Estado da Paraíba: percepções dos Egressos de uma Formação Lato Sensu em Atendimento Educacional Especializado. Revista Brasileira de Educação Especial, Volume 30 elocation e0094. https://doi.org/10.1590/1980-54702024v30e0094

Ferreira, P. H. S. Vieira, G. C. S. Wuo, A. S. (2025). O perfil do profissional de apoio escolar (pae): uma análise dos editais dos 14 municípios da amve (sc). Revista Brasileira de Educação Especial, Volume 31 elocation e0248 https://doi.org/10.1590/1980-54702025v31e0248

Garcia, R. M. C. (2025). Educação inclusiva como consenso político nas disputas do campo da educação especial. Cad. Cedes, Campinas, v. 45, e292781, 2025, https://doi.org/10.1590/CC292781

Guimarães, M. C. A., Pereira, A. A., Van_Petten, A. M. V. N. (2023). Trajetórias de alunos com deficiência e as políticas de Educação Inclusiva. Revista Brasileira de Educação Especial, Bauru, v.27, e0059, p.935-952, 2021, https://doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0059

Hirakawa, A. P. R.; Rossit, R. A. S. (2024) Organização do trabalho no cuidado à pessoa com transtorno do espectro autista nos centros especializados em reabilitação da cidade de São Paulo. Revista Brasileira de Educação Especial, Volume 30 elocation e0154 https://doi.org/10.1590/1980-54702024v30e0154

Makida-Dyonisio, C., Martinic, S., Gimenez, R. (2024) Prática Pedagógica, Contextos Físicos e Sociais: Implicações Para a Inclusão. Revista Brasileira de Educação Especial, Volume 30 elocation e0016. https://doi.org/10.1590/1980-54702024v30e0016

Manzini, E. J., (2025). Políticas Públicas e Tecnologia Assistiva: um Estudo com Foco no Financiamento Governamental. Revista Brasileira de Educação Especial, Volume 31 elocation e0231 https://doi.org/10.1590/1980-54702025v31e0231

Modesto, M. A ; Araújo, I. R. L. De ; Mendonça, A. C. S. (2023). Desafios e possibilidades para a implementação de uma educação especial e inclusiva na rede estadual de ensino de Sergipe. Revista Brasileira de Educação Especial, Volume 29 elocation e0234. https://doi.org/10.1590/1980-54702023v29e0234

Montes, A. L. B. ; Lacerda, C. B. F. de. (2023) Libras no contexto escolar: instrumento ilustrado de avaliação de narrativas sinalizadas. Revista Brasileira de Educação Especial, Volume 29 elocation e0049 https://doi.org/10.1590/1980-54702023v29e0049.

Moraes, V. P.; Klein, M.; Coelho, O. (2024). Em defesa de escolas bilíngues de surdos: interlocuções dos movimentos de resistência em Portugal e Brasil. Revista Brasileira de Educação Especial, Volume 30 elocation e0136 https://doi.org/10.1590/1980-54702024v30e0136

Moreira, C. ; Oliveira, A. ; Pereira, A. ; Rosário, P.; Hagiwara, M. ; Shogren, K. A. ; Santos, S., (2025). A Autodeterminação de Adolescentes e Adultos com Dificuldades Intelectuais e Desenvolvimentais: Estudo Preliminar da Validade e Fiabilidade do Novo Inventário. Revista Brasileira de Educação Especial, Volume 31 elocation e0040. https://doi.org/10.1590/1980-54702025v31e0040

Oliveira, C. R. A. de; Mello, E. M. B.(2024). Recontextualização do Texto da Política de Inclusão de Estudantes com Deficiência: os (Des)Caminhos da Educação inclusiva. Revista Brasileira de Educação Especial, Volume 30 elocation e0061. https://doi.org/10.1590/1980-54702024v30e0061

Oliveira, L. L. S. de (2025). Altas Habilidades/Superdotação: Subnotificação e Análise de Matrículas no Brasil. Revista Brasileira de Educação Especial, Volume 31 elocation e0218. https://doi.org/10.1590/1980-54702025v31e0218

Oliveira, S. C. de S., Ferrão, T. dos S. (2023), Estágio Curricular na EPT: Proposta para Potencializar a Inclusão de Estudantes Surdos do Instituto Federal de Roraima – Campus Novo Paraíso. Revista Brasileira de Educação Especial, Volume 29 elocation e0141. https://doi.org/10.1590/1980-54702023v29e0141

Pereira, K. L., Freitas-Reis,I., (2023). Discursos sobre o Papel do Tradutor-Intérprete Educacional de Libras/Português. Revista Brasileira de Educação Especial, Volume 29 elocation e0200. https://doi.org/10.1590/1980-54702023v29e0200

Pletsch, M. D.; Mendes, G. M. Li. (2024). Cartografias da Educação Inclusiva na Educação Especial: Produção Científica, Políticas e Práticas. Revista Brasileira de Educação Especial, Volume 30 elocation e143p https://doi.org/10.1590/1980-54702024v30e143p

Reis, H. de C.; Lourenço, G. F (2025). Avaliação de Ações Formativas para Interações Mediadas por Comunicação Alternativa Junto a Aluno com Autismo Revista Brasileira de Educação Especial, Volume 31 elocation e0137 https://doi.org/10.1590/1980-54702025v31e0137

Ribeiro, D. F. ; Lara, I. C.M. de. (2023). O ensino da matemática para estudantes com paralisia cerebral: ações que contribuem para a inclusão de todos cerebral Facebook Twitter. Revista Brasileira de Educação Especial, Volume 29 elocation e0173 https://doi.org/10.1590/1980-54702023v29e0173

Riboli, C., PertuzzattI, M. T. (2025). Educação especial inclusiva e políticas públicas: avanços, desafios e perspectivas. Revista Brasileira de Educação Especial, Volume 31 elocation e0156 https://doi.org/10.1590/1980-54702025v31e0156

Rodrigues, M. C. C. A. de O., Guimarães, D. N. ; Pessin, G. (2025). Práticas inclusivas na formação de pedagogas(os): diálogos emancipatórios. Revista Brasileira de Educação Especial, Volume 31 elocation e0081. https://doi.org/10.1590/1980-54702025v31e00)81

Rodrigues, S. R. de M. C. ; Sales, L. C..2024 Necessidades Formativas do Professor Frente à Demanda de Alunos da Educação Especial em Classes Comuns. Revista Brasileira de Educação Especial, Volume 30 elocation e0097, https://doi.org/10.1590/1980-54702024v30e0097

Rosa, S. S. da ; Borges, J. de M. (2024). Um estranho no ninho": Tensões e contradições da educação inclusiva confrontadas pela presença de estudantes com tea em salas de aula comuns Revista Brasileira de Educação Especial, Volume 30 elocation e0072 https://doi.org/10.1590/1980-54702024v30e0072

Santos, L. M. A., Souza, L. G. J. de, Macedo, J. P., Arruda, J., Tacon, J. (2024). Neurodiversidade na Vida Acadêmica de uma Estudante de Medicina com Transtorno do Espectro Autista. Revista Brasileira de Educação Especial 2024, Volume 30 elocation e0182. https://doi.org/10.1590/1980-54702024v30e0182

Setúval, A. de S. Seabra-Júnior, M. O. (2025). Estudos de caráter colaborativo relacionados ao uso de recursos pedagógicos e estratégias de ensino para inclusão do estudante público da educação especial. Rev. Bras. Ed. Esp., Dourados, v.31, e0200, p.1-18, https://doi.org/10.1590/1980-54702025v31e0200

SILVA, Leilany M. B; SOARES, Marcia Torres Neri. (In)Visibilidade dos direitos de pessoas com deficiência: Perspectivas acadêmicas em construção na/para utilização do grupo de trabalho como estratégia metodológica. **REVASF**. Petrolina-Pernambuco, 2024.

Silva, M. da C. ; Mietto, G. S. de Melo ; Chariglione, I. P. F. S. (2024). Pessoa com Deficiência Intelectual e o Ambiente de Trabalho. Revista Brasileira de Educação Especial, Volume 30 elocation e0043 https://doi.org/10.1590/1980-54702024v30e0043

Soares, M., Oliveira, B. H. de, Bezzon,R.Z. ; Bizerra, A (2023). Participação parental na divulgação científica sobre transtorno do espectro autista (TEA). Revista Brasileira de Educação Especial, Volume 29 elocation e0125. https://doi.org/10.1590/1980-54702023v29e0125

Sousa, A. S. de, Oliveira, G. S. de, Alves, L. H. (2021). A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. Cadernos da Fucamp, v. 20, n. 43, p. 64-83. Disponível em: https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336 Acesso em 05 ago. 2026.

Souza, L. B. de ; Mendes, M. C. B.; Barros, J. de F.; Braz, R. M. Mi. (2025). Acessibilidade Audiovisual: Análise de Canais Infantis do Youtube. Revista Brasileira de Educação Especial, Volume 31 elocation e0189 https://doi.org/10.1590/1980-54702025v31e0189

Thiollent, M. (2009). Pesquisa-ação nas organizações. 2. ed. – São Paulo: Atlas.

Tibyriçá, R. F; Mendes, E. G.(2023) O modelo social da deficiência e as decisões do tj/sp: análise a partir de demandas por profissional de apoio. Revista Brasileira de Educação Especial 2023, Volume 29 elocation e0052 https://doi.org/10.1590/1980-54702023v29e0052

Volante, D. P. ; Pereira, L. M. R. ; Cabral, L. S. A. (2025). Leitores De Tela E Acessibilidade: Avaliação Heurística na Revista Brasileira de Educação Especial. Revista Brasileira de Educação Especial, Volume 31 elocation e0057. https://doi.org/10.1590/1980-54702025v31e0057.

ISSN: 2358-8829